

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

CARGO 41: ADVOGADO



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA/PA

CETAP

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50, em ordem sequencial. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** Você deve conferir, na capa do Caderno de Questões e no rodapé das páginas internas, o cargo que o Caderno de Questões se refere. Caso você tenha recebido um Caderno de Questões que não corresponda ao mesmo cargo descrito no seu Cartão Resposta, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala e exija o Caderno de Questões correto.
- 03** As respostas das questões objetivas de múltipla escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente.
- 04** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão **05 (cinco)** alternativas de resposta (A, B, C, D e E), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 05** O tempo máximo disponível para realização da prova é de **3h30 (três horas e trinta minutos)**, já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta.
- 06** Somente depois de decorridos **60 minutos** do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões e o seu Cartão Resposta, e retirar-se da sala de prova.
- 07** Os **3 (três)** últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 08** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos **30 (trinta)** minutos antes do término da prova.

ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do **Cartão Resposta**, com a sua caligrafia usual, a seguinte “frase mestra” de Goethe:

“Não se possui o que não se compreende.”

A transcrição da “frase mestra” é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição ocasionará a eliminação do candidato no presente concurso público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016



Leia o texto e responda o que se pede nos comandos das questões.

A força das palavras

Palavras assustam mais do que fatos: às vezes é assim.

Descobri isso quando as pessoas discutiam e lançavam palavras como dardos sobre a mesa de jantar. Nessa época, meus olhos mal alcançavam o tempo da mesa e o mundo dos adultos me parecia fascinante. O meu era demais limitado por horários que tinham de ser obedecidos (por que criança tinha de dormir tão cedo?), regras chatas (por que não correr descalça na chuva? por que não botar os pés em cima do sofá, por quê, por quê, por quê ...?), e a escola era um fardo (seria tão mais divertido ficar lendo debaixo das árvores no jardim de casa ...).

Mas, em compensação, na escola também se brincava com palavras: lá, como em casa, havia livros, e neles as palavras eram caramelos saborosos ou pedrinhas coloridas que a gente colecionava, olhava contra a luz, revirava no céu da boca. E, às vezes, cuspiam na cara de alguém de propósito para machucar (...).

A palavra faz parte da nossa essência: com ela, nos acercamos do outro, nos entregamos ou nos negamos, apaziguamos, ferimos e matamos. Com a palavra seduzimos num texto; com a palavra, liquidamos - negócios, amores. Uma palavra confere o nome ao filho que nasce e ao navio que transportará vidas ou armas.

"Vá", "Venha", "Fique", "Eu vou", "Eu não sei", "Eu quero, mas não posso", "Eu não sou capaz", "Sim, eu mereço" - dessa forma, marcamos as nossas escolhas, a derrota diante do nosso medo ou a vitória sobre o nosso susto. Viemos ao mundo para dar nome às coisas: dessa forma, nos tornamos senhores delas ou servos de quem as batizar antes de nós.

Fonte: Lya Luft. Ponto de Vista. Veja, 14/07/04.

Questão 01

O texto mostra o valor contraditório da palavra, já que esta pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal. Assinale a alternativa em que a avaliação de positivo ou negativo semanticamente está incorreta em relação ao uso da palavra:

- A) "(...) lançavam palavras como dardos (...)" - (negativo).
- B) "(...) se brincava com palavras (...)" - (positivo).
- C) "E, às vezes, cuspiam na cara de alguém (...)" - (negativo).
- D) "(...) com ela, nos acercamos do outro, (...)" - (negativo).
- E) "(...) apaziguamos (...)" - (positivo).

Questão 02

Por questão de coesão em: "Palavras assustam mais do que fatos: às vezes é assim.", uma palavra foi omitida. Identifique-a:

- A) fatos.
- B) assustam.
- C) palavras.
- D) vezes.
- E) assim.

Questão 03

"Vá", "Venha", "Fique". Sobre essas formas verbais, é incorreto afirmar:

- A) São formas do modo imperativo.
- B) No gerúndio, as formas seriam: "Indo", "Vindo", "Ficando".
- C) A pessoa do discurso, nas três formas indicadas, é a 2ª do singular.
- D) O infinito das formas é "Ir", "Vir", "Ficar".
- E) O verbo "Ir" é anômalo e "Vir", "irregular".

Questão 04

A figura de linguagem exemplificada no excerto: "(...) as palavras eram caramelos saborosos ou pedrinhas coloridas (...)" é:

- A) a metáfora.
- B) a metonímia.
- C) o hipérbato.
- D) o anacoluto.
- E) o eufemismo.

Questão 05

Assinale a alternativa em que há o emprego da norma culta:

- A) "(...) regras chatas (...)"
- B) "(...) que a gente colecionava, (...)"
- C) "(...) com ela, nos acercamos do outro, (...)"
- D) "(...) dessa forma, nos tornamos senhores delas (...)"
- E) "A palavra faz parte da nossa essência: (...)"

Questão 06

As formas seguintes são acentuadas: "por quê, por quê, por quê ...?":

- A) por se tratar de conjunções equivalentes a "para que".
- B) por terem sido empregadas como substantivo.
- C) por serem pronomes interrogativos no final da frase.
- D) por se tratar da preposição "por" seguida do pronome interrogativo "que".
- E) por equivalerem a "pelo qual", preposição mais pronome relativo.

Questão 07

O termo "em compensação", terceiro parágrafo, primeiro período, opõe-se a uma expressão usada no parágrafo anterior. Identifique-a:

- A) "os pés".
- B) "caramelos saborosos".
- C) "pedrinhas coloridas".
- D) "lendo debaixo das árvores".
- E) "um fardo".

Questão 08

"Viemos ao mundo para dar nome às coisas: (...)". Observe o uso do acento grave, indicativo da crase, em "às coisas", e assinale a alternativa correta:

- A) O acento grave continuaria se o termo grifado fosse "a você".
- B) O acento grave persistiria se o termo grifado fosse "a coisas".
- C) O acento grave desapareceria se o termo grifado fosse "a casa de mamãe".
- D) O acento grave permaneceria se o termo grifado fosse "aquele homem".
- E) O acento grave seria mantido se o termo grifado fosse "a sorrir".

Questão 09

Assinale a alternativa cujo fragmento provoca uma leitura ambígua.

- A) "(...) cuspiam na cara de alguém de propósito (...)"
- B) "Uma palavra confere o nome ao filho (...)"
- C) "Sim, eu mereço".
- D) "Eu não sou capaz".
- E) "(...) com a palavra, liquidamos - negócios, amores."

Questão 10

Sobre a estrutura "Viemos ao mundo para dar nome às coisas: (...)", é correto afirmar:

- A) Há inadequação no emprego das formas verbais.
- B) Há inadequação de regência verbal.

- C) Há inadequação de concordância nominal.
 D) Há inadequação de regência nominal.
 E) Há inadequação por ausência de vírgula.



INFORMÁTICA

Questão 11

Sobre o sistema operacional Microsoft Windows 7, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa correta:

I- O recurso de compartilhamento de arquivos na rede permite que dois computadores conectados na mesma rede possam compartilhar arquivos entre si de tal forma que o usuário de um computador conectado nessa rede possa editar um arquivo armazenado em um outro computador conectado na mesma rede.

II- As “bibliotecas de documentos” são pastas virtuais que armazenam somente arquivos de livros digitais.

III- Uma opção disponível no painel de controle fornece informações sobre o sistema incluindo a versão do sistema operacional Windows e a velocidade do processador. A quantidade de memória RAM instalada não está disponível, é preciso o apoio de um técnico para verificação.

IV- A remoção de programas instalados somente pode ser feita em modo de segurança.

- A) Somente a afirmativa I está correta.
 B) Somente a afirmativa III está correta.
 C) Somente a afirmativa IV está correta.
 D) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
 E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 12

Sobre o recurso de cabeçalho e rodapé do Microsoft Word 2007, é correto afirmar:

- A) No rodapé de um documento, somente é possível inserir texto.
 B) O cabeçalho da primeira página será sempre igual ao definido para as páginas ímpares.
 C) É possível definir conteúdos diferentes para o rodapé dependendo se uma página é par ou ímpar.
 D) O cabeçalho da página de um documento sempre deve ser acompanhado pelo rodapé.
 E) O recurso conhecido como “campo” exibe informações fixas como número da página, data ou hora. Essas devem sempre ser atualizadas antes da impressão.

Questão 13

O Microsoft Excel 2007 é um software para criação de planilhas eletrônicas que facilita a manipulação de dados em células dispostas em linhas e colunas, bem como a realização de cálculos e geração de gráficos sobre dados numéricos. Sobre o recurso de ordenação de listas de dados deste software, é correto afirmar:

- A) Ao selecionar um intervalo de células com os dados a serem ordenados, deve-se ter o cuidado de nunca selecionar a linha que contém o cabeçalho das colunas.
 B) Somente colunas contendo dados numéricos são passíveis de ordenação.
 C) Ao ordenar, os dados serão sempre apresentados na ordem descendente.
 D) Ao ordenar os dados, as colunas da planilha são rearranjadas de acordo com o conteúdo de uma coluna.
 E) É possível ordenar as linhas de uma planilha pelo conteúdo de mais de uma coluna.

Questão 14

Marque a alternativa errada sobre os conceitos de Internet e Intranet.

- A) Webmail consiste no acesso ao serviço de email via Web, usando navegadores Web.
 B) HTML é o protocolo de transmissão de arquivos da Internet.
 C) O navegador Web é um programa de computador que permite encontrar e exibir páginas Web disponíveis na World Wide Web (WWW). Um exemplo é o Google Chrome.
 D) Intranet é uma rede corporativa privada que usa os protocolos, serviços e aplicações da Internet.
 E) Todo computador conectado à Internet tem um endereço IP. Os computadores usam esse endereço para localizar e enviar dados na Internet.

Questão 15

No contexto de segurança da informação, marque a alternativa que apresenta a definição correta de anti-spyware:

- A) Software que se auto instala no computador, monitora a atividade do usuário e, periodicamente, reporta suas atividades para outros computador na Internet.
 B) É uma barreira de software ou hardware entre um ou mais computadores e a Internet.
 C) Propaganda não desejada recebida por email.
 D) Software que executa no servidor e fica posicionado entre as estações de trabalho dos usuários e a Internet. São usados nas organizações para prover mais controle administrativo, serviço de caching, monitoramento e registro das atividades da rede.
 E) Software cuja finalidade é encontrar (através de varreduras) e remover spywares.



ATUALIDADES

Questão 16

“Congresso aprova acordo de facilitação de comércio exterior. Documento deverá entrar em vigor quando for ratificado por 108 países.”. (Fonte: ORMNews. Data: 04.03.2016). Sobre o assunto noticiado, analise as afirmações seguintes e marque a alternativa correta:

- I- O Senado aprovou a inclusão do Acordo de Facilitação de Comércio entre as normas da Organização Mundial de Comércio (OMC).
 II- A aprovação abre caminho para a ratificação do acordo pelo Brasil, somando o país aos 70 membros da OMC que cumpriram esse requisito até o momento.
 III- Firmado pelo organismo em novembro de 2014, o acordo prevê medidas para modernizar e simplificar procedimentos de comércio interno e dar mais agilidade às trocas comerciais.
 IV- O documento também permite a cooperação entre os integrantes da OMC para a prevenção e o combate de delitos de alfândega.
 V- O acordo entrará em vigor quando for ratificado por 108 dos 162 Membros da organização.

- A) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
 B) Apenas as afirmações I, II, IV e V estão corretas.
 C) As afirmações III e IV estão corretas.
 D) Todas as afirmações estão corretas.
 E) Apenas as afirmações I, II e V estão erradas.

Questão 17

“Cientistas descobrem bactéria que se alimenta de garrafa PET. Novidade pode levar a tecnologias para reduzir presença do material no meio ambiente.”. (Fonte: ORMNews. Data: 11.03.2016). Sobre a reportagem informada, apenas não se pode afirmar:

A) O polietileno tereftalato, ou PET, é amplamente utilizado pela indústria para a confecção de embalagens, mas uma séria ameaça para o meio ambiente por levar centenas de anos para se degradar.

B) Em 2013, foram produzidas 61 milhões de toneladas de PET. Agora, cientistas encontraram uma nova forma de lidar com o problema: uma bactéria capaz de se alimentar deste material.

C) A bactéria é o primeiro achado com potencial para degradar o PET completamente em dióxido de carbono e água — disse Kohei Oda, microbiologista do Instituto de Tecnologia de Kyoto, no Japão, e coautor do estudo publicado nesta quinta-feira na revista "Science".

D) Os pesquisadores coletaram 250 amostras de PET do solo e da água residual de uma usina de reciclagem. Todo o material foi escaneado a procura de micro-organismos que pudessem estar se alimentando desses resíduos e identificaram uma nova espécie de bactéria, batizada como Ideonella sakaiensis 201-F6.

E) Em observações, o micróbio foi capaz de degradar completamente um fino filme de PET em uma semana, a temperatura de 2 graus Celsius. Segundo os cientistas, apêndices das células devem ter secretado compostos que ajudaram na dissolução do plástico.

Questão 18

"O alerta da sífilis. Como a ausência de políticas públicas trouxe de volta ao País a doença infecciosa que tem consequências devastadoras, mas que pode ser facilmente evitada.". (Fonte: Revista Isto é. Data: 26.02.2016). De acordo com a reportagem, apenas não se pode afirmar:

A) Como se não bastassem a zika, a dengue e o chikungunya, os brasileiros estão sob ameaça de outra doença de consequências igualmente assustadoras. A ineficácia das políticas públicas fez explodir os casos de sífilis no País.

B) Nunca foi tão alto o número de gestantes e bebês acometidos pela terrível enfermidade infecciosa transmitida pela bactéria Treponema pallidum que, se ocorrida ao longo da gestação, pode provocar nos fetos malformações como a microcefalia, ou, após o nascimento, surdez, cegueira e até morte.

C) Em 2007, o total de crianças de até um ano de idade nascidas com a doença (forma congênita) foi de 5.535. A projeção para este ano é a do nascimento de mais de 22,5 mil bebês nesta condição.

D) Onze anos atrás, o País registrou cerca de 108 mil casos de gestantes infectadas. Neste ano, o total ultrapassará 40 mil.

E) No Canadá, por exemplo, em 2013, foram notificados os nascimentos de três bebês com sífilis. Nos EUA, no mesmo ano, foram 429. Enquanto isso, naquele período, o Brasil ultrapassou a marca de 13 mil crianças infectadas.

Questão 19

"Retomada nuclear. Mesmo ainda abalado com o acidente de Fukushima, o mundo retoma a construção de usinas atômicas de olho na redução dos gases estufa.". (Fonte: Revista Isto é. Data: 13.02.2016). O que se pode afirmar sobre as usinas nucleares?

I- Quatro anos depois do tsunami devastador que destruiu os reatores da Usina de Fukushima, no Japão, o mundo parece estar se reconciliando com a energia nuclear. Mesmo ainda sob o impacto do pior acidente atômico desde Chernobyl, 16 países estão investindo na construção de 72 novas usinas nucleares, a maior parte delas exatamente na Ásia. O movimento, apesar de ainda contar com a resistência dos ambientalistas, é um sinal claro de que a energia atômica está longe de ser aposentada, como previram os assustados japoneses logo após o tsunami de 2011.

II- Na verdade, a expectativa é de que usinas nucleares, em número cada vez maior, passem a ser construídas em ritmo acelerado. De acordo com um relatório conjunto divulgado em

janeiro pela Agência Internacional de Energia e pela Agência Internacional de Energia Nuclear, seria necessário no mínimo dobrar a capacidade de geração das usinas atômicas até 2050 para reduzir de forma sensível o nível de emissão dos gases estufa na atmosfera. Apesar de seus resíduos serem altamente contaminantes, as usinas nucleares praticamente não emitem CO₂ — a tecnologia produz 70 vezes menos gases de efeito estufa que o carvão, responsável por 40% da eletricidade do mundo.

III- Hoje, cerca de 400 gigawatts/hora de energia elétrica são produzidos em usinas nucleares — o Brasil consome em média 88 gigawatts/hora. As 72 usinas que estão sendo construídas ampliarão essa capacidade em pouco mais de 10%. Ou seja, apesar de extremamente perigosa, a energia atômica parece estar longe de ser aposentada.

Após a leitura das respostas nos itens I, II e III, marque a alternativa correta:

A) Apenas a resposta no item I está correta.

B) Apenas a resposta no item II está correta.

C) Apenas a resposta no item III está correta.

D) Todas as respostas nos itens I, II e III estão corretas.

E) Todas as respostas nos itens I, II e III estão erradas.

Questão 20

"Coreia do Norte ameaça atacar Coreia do Sul.". (Fonte: Diário Online. Data: 12.03.2016). Sobre a notícia, não é correto afirmar:

A) O exército da Coreia do Norte informou neste sábado (12) que está preparado para lançar um ataque nuclear preventivo e "libertar o Sul, inclusive Seul".

B) O anúncio foi feito após a Coreia do Sul iniciar exercícios militares em parceria com os Estados Unidos na última segunda-feira (07).

C) A medida seria uma resposta às intenções sulistas de "avançar contra Pyongyang", ainda que os Estados Unidos e a Coreia do Sul afirmem que as operações não passam de "exercícios de rotina".

D) As autoridades sul-coreanas teriam entrado em contato com o vizinho do norte pedindo que parem com as ameaças e este tipo de comportamento, alertando que a provocação pode resultar em conflito.

E) A ameaça da Coreia do Norte está diretamente relacionada à bomba atômica testada na segunda guerra mundial contra o Japão.



LEGISLAÇÃO

Responda as questões de 21 até 25 com base na Lei Orgânica do Município de Abaetetuba, promulgada em 23 de março de 1990 e revisada em 2005.

Questão 21

De acordo com o art. 5º, ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I- Legislar sobre assuntos de interesse local;

II- Instituir e arrecadar tributos bem como aplicar suas rendas;

III- Estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, observada Lei Federal;

IV- Adquirir bens, exceto mediante desapropriação;

V- Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais e estaduais, bem como regulamentar sua utilização.

Após a análise dos itens, marque a única alternativa correta:

- A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- B) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- C) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.
- D) Apenas os itens IV e V estão corretos.
- E) Apenas os itens II, III e V estão corretos.

Questão 22

Nos moldes do art. 7º, ao Município é vedado, exceto:

- A) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com elas, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- B) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- C) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público Municipal.
- D) Manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens, que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- E) Conferir fé aos documentos públicos.

Questão 23

As atividades da administração pública direta e indireta estarão sujeitas a controle externo e interno, na forma da lei. Sobre o assunto estabelecido nos parágrafos e incisos do artigo 48, analise as afirmações seguintes e marque a única alternativa correta:

- I- Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas dos Municípios.
- II- O controle externo que incumbe à Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, respeitado o disposto no art. 31 da Constituição Federal.
- III- Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle externo com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas do governo e dos orçamentos do Município.
- IV- As contas relativas à aplicação de recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação Federal e Estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) As afirmações II e IV estão erradas.
- C) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.
- D) As afirmações I e IV estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão corretas.

Questão 24

Conforme preceitua o art. 77, a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e também, o seguinte, exceto:

- A) É garantido ao servidor público civil o direito a livre associação sindical.
- B) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal.

C) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

D) A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observado, como limite máximo os valores percebidos como remuneração em espécie, pelo Prefeito.

E) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sobre o mesmo título ou idêntico fundamento.

Questão 25

O estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano assegurará:

I- a urbanização;

II- a regularização fundiária e a titulação das áreas onde estejam situadas a população favelada e de baixa renda, sem remoção de moradores, salvo em áreas de risco mediante consulta obrigatória da população interessada;

III- a criação de áreas de especial interesse urbanístico, social e ambiental, turístico e de utilização pública;

IV- participação de entidades comunitárias no estudo, planejamento, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos de urbanização.

Após a análise das afirmações, marque a alternativa correta:

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações III e IV estão corretas.
- C) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão erradas.

As questões de 26 até 29 devem ser respondidas de acordo com a Lei n.º 39/91, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis do município de Abaetetuba, das autarquias e das fundações públicas municipais.

Questão 26

Analise as afirmações seguintes e marque a alternativa correta:

I- As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

II- O servidor em débito com o erário, que for admitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (dias) para quitar o débito.

III- A não quitação do débito no prazo previsto na afirmação II não implicará em sua inscrição em dívida ativa.

IV- O vencimento, a remuneração e provento poderão ser objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

- A) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.
- D) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão corretas.

Questão 27

- Em atenção aos artigos 85, 86 e 87, apenas não se pode afirmar:
- A) Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.
- B) Não se concederá licença ao servidor que, no período aquisitivo, sofrer penalidade disciplinar de suspensão.
- C) Não se concederá licença ao servidor que, no período aquisitivo, afastar-se do cargo em virtude de licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração.
- D) Não se concederá licença ao servidor que, no período aquisitivo, afastar-se do cargo em virtude de condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.
- E) O número de servidores em gozo simultâneo de licença prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Questão 28

- Analisar as alternativas a seguir e marque a única que esteja em dissonância à legislação:
- A) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, de que resulte prejuízo ao erário ou a terceiro.
- B) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- C) A responsabilidade penal resulta dos crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- D) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- E) A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada, no caso da absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Questão 29

- Analisando as disposições finais da legislação, analise os itens seguintes e marque a alternativa correta:
- I- Poderá ser instituído, no âmbito dos poderes executivo e legislativo, o seguinte incentivo funcional, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira, prêmio pela apresentação de idéias, evento ou trabalho que favoreça o aumento de produtividade e a redução de custos operacionais.
- II- Poderá ser instituído, no âmbito dos poderes executivo e legislativo, o seguinte incentivo funcional, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira, concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, com condecorações e elogios.
- III- Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.
- IV- Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.
- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- C) Os itens II e IV estão corretos.
- D) Os itens I e IV estão errados.
- E) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

Questão 30

Conforme preceitua do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na

execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações, exceto:

- A) a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- B) a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.
- C) o apoio e o incentivo às práticas de resolução litigiosa de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.
- D) a inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante no processo educativo.
- E) a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

O poder constituinte originário pode também ser denominado de poder constituinte:

- A) genuíno.
- B) revolucionário.
- C) instituído.
- D) constituído.
- E) remanescente.

Questão 32

"Manoel Gonçalves Ferreira Filho, lastreado na doutrina clássica de Cooley e Story, classifica a aplicabilidade das normas constitucionais em, basicamente, dois grandes grupos, a saber: (i) das normas exequíveis por si sós; e (ii) normas não exequíveis por si sós.

(...)

No que tange às normas não exequíveis por si sós, tais, coerentemente, seriam compostas por normas incompletas, que demandariam uma diuturna complementação. Essas normas são, ainda, divididas em três espécies: (a) normas programáticas; (b) normas de estruturação; e (c) normas condicionadas".

(TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 118)

De acordo com a classificação proposta, é uma norma constitucional não exequível por si só de estruturação:

- A) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. (art. 5º, caput, CRFB).
- B) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (art. 6º, CRFB).

C) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. (art. 12, I, a, CRFB).

D) A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho da República. (art. 90, § 2º, CRFB).

E) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça (art. 150, I, CRFB).

Questão 33

O Estado X instituiu, por lei ordinária específica, região metropolitana que abrange a capital e 2 (dois) municípios limítrofes, a fim de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Nesse caso é correto afirmar que:

A) A instituição da região metropolitana pelo Estado X respeitou a norma do art. 25, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB.

B) A instituição da região metropolitana pelo Estado X não respeitou a norma do art. 25, § 3º, da CRFB, porque a matéria é de competência exclusiva dos Municípios envolvidos.

C) A instituição da região metropolitana pelo Estado X não respeitou a norma do art. 25, § 3º, da CRFB, porque apenas a União pode instituir regiões metropolitanas.

D) A instituição da região metropolitana pelo Estado X não respeitou a norma do art. 25 § 3º, da CRFB porque a matéria deve ser veiculada por lei complementar.

E) A instituição da região metropolitana pelo Estado X não respeitou a norma do art. 25 § 3º, da CRFB porque a região metropolitana somente pode ser instituída por mais de 4 (quatro) Municípios limítrofes.

Questão 34

Carlos (promitente vendedor) celebrou contrato de promessa de compra e venda de imóvel com Luis (promitente comprador) em 16/10/2015, não tendo o instrumento sido levado a registro. Luis mudou-se para o imóvel ainda em Outubro/2015 e nesse mesmo mês participou da reunião ordinária do condomínio, tendo-se identificado como o novo possuidor do bem e mostrado o instrumento da promessa de compra e venda ao síndico. Luis deixou de pagar as taxas condominiais relativas aos meses de Novembro/2015 e Dezembro/2015 e, por isso, tanto Luis, na qualidade de promitente comprador, quanto Carlos, na qualidade de proprietário, foram notificados para pagar o débito. Nesse caso, é correto afirmar, conforme a jurisprudência recente do STJ:

A) Luis e Carlos são solidariamente responsáveis pelo pagamento das taxas condominiais em atraso enquanto Luis não se tornar proprietário do imóvel.

B) Carlos continuará responsável pelo pagamento das taxas condominiais, juntamente com Luis, enquanto o contrato de promessa de compra e venda não for devidamente registrado.

C) Tendo sido comprovado que Luis ingressou na posse do imóvel e que o condomínio teve ciência inequívoca da transação, Carlos não responde mais pelas dívidas condominiais, independente de o contrato de compra e venda ter ou não sido registrado.

D) Uma vez celebrada a promessa de compra e venda, automaticamente Carlos não poderá ser demandado para pagar as dívidas condominiais contraídas por Luis.

E) Enquanto não houver a efetiva transferência da propriedade, Carlos será subsidiariamente responsável pelas dívidas condominiais contraídas por Luis.

Questão 35

Marque a alternativa correta acerca da disciplina jurídica das Sociedades Anônimas:

A) O número e o valor nominal das ações não poderão ser alterados nos casos de modificação do valor do capital social ou da sua expressão monetária.

B) O estatuto da companhia pode autorizar ou estabelecer que todas as ações da companhia, ou uma ou mais classes delas, sejam mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição que designar, mediante a necessária emissão de certificados.

C) A instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de custódia de ações fungíveis pode contratar custódia em que as ações de cada espécie e classe da companhia sejam recebidas em depósito como valores fungíveis, adquirindo a instituição depositária a propriedade fiduciária das ações.

D) A deliberação sobre emissão de debêntures é da competência privativa do conselho de administração.

E) Como regra geral, a transformação da companhia exige o consentimento da maioria absoluta dos acionistas, colhido em assembleia extraordinária convocada para essa finalidade.

Questão 36

Sobre os efeitos dos recursos, leia os itens a seguir:

I- Todas as espécies recursais do direito brasileiro impedem a formação da preclusão e da coisa julgada.

II- Corresponde à ineficácia da decisão recorrida, que não pode ser objeto de execução, provisória ou definitiva.

III- É a transferência da matéria impugnada ao órgão jurisdicional a quo.

IV- Está consubstanciado na apreciação oficial pelo órgão julgador do recurso de matérias cujo exame é obrigatório por força de lei, independentemente de provocação pelo recorrente.

Os itens descrevem os seguintes efeitos dos recursos:

A) I- efeito obstativo; II- efeito suspensivo; III- efeito devolutivo; IV- efeito translativo.

B) I- efeito devolutivo; II- efeito translativo; III- efeito obstativo; IV- efeito suspensivo.

C) I- efeito translativo; II- efeito devolutivo; III- efeito suspensivo; IV- efeito obstativo.

D) efeito suspensivo; II- efeito obstativo; III- efeito translativo; IV- efeito devolutivo.

E) I- efeito devolutivo; II- efeito suspensivo; III- efeito obstativo; IV- efeito translativo.

Questão 37

Solano ingressou com ação contra o Município Y e obteve o benefício da justiça gratuita. O juiz, sem citar o Município, julgou totalmente improcedentes os pedidos formulados pelo autor, valendo-se da regra do art. 285-A, CPC. Solano apelou da decisão e o Desembargador Relator negou seguimento ao recurso com fundamento no art. 557, CPC, ao argumento de que o apelo era manifestamente inadmissível. Inconformado, Solano interpôs agravo, tendo o Tribunal negado provimento ao recurso e aplicado, com base no art. 557 § 2º, CPC, multa de 5% sobre o valor corrigido da causa. Neste caso é correto afirmar, conforme a jurisprudência atual do STF, que:

A) o Município Y deveria ter sido citado, sob pena de nulidade de todos os atos decisórios, inclusive a sentença.

B) o Relator não poderia ter negado seguimento monocrático à apelação eis que a regra do art. 557, CPC, aplica-se apenas ao julgamento de agravo de instrumento.

C) o Relator agiu corretamente ao entender que o recurso era manifestamente inadmissível, pois a medida cabível contra sentenças prolatadas com fundamento no art. 285-A, CPC, é a reclamação.

D) é vedado ao órgão jurisdicional aplicar a multa do art. 557 § 2º, CPC, porque o autor é beneficiário da justiça gratuita (art. 12, Lei n.º 1.060/50).

E) Solano não está isento da multa do art. 557 § 2º, CPC, porém o recolhimento do valor fica suspenso por ser ele beneficiário da justiça gratuita (art. 12, Lei n.º 1.060/50).

Questão 38

Acerca da ação monitória, analise os itens a seguir:

I- Em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada em face do emitente, é indispensável menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.

II- O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é trienal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

III- O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.

IV- A petição inicial da ação monitória para cobrança de soma em dinheiro deve ser instruída com demonstrativo de débito atualizado até a data do ajuizamento, assegurando-se, na sua ausência ou insuficiência, o direito da parte de supri-la, nos termos do art. 284 do CPC.

De acordo com a jurisprudência dominante do STJ, estão corretos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.
- E) I e IV.

Questão 39

Marque a única alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional:

A) Somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.

B) Os tratados e as convenções internacionais não revogam nem modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.

C) Entram em vigor noventa dias após a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos.

D) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, mas não aos pendentes.

E) Dada a especificidade do direito tributário, a lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Questão 40

Marque a alternativa correta, de acordo com o entendimento sumulado do TST:

A) À sociedade de economia mista aplica-se a vedação à equiparação prevista no art. 37, XIII, da CF/1988, pois, ao admitir empregados sob o regime da CLT, equipara-se a empregador privado, conforme disposto no art. 173, § 1º, II, da CF/1988.

B) A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por se equiparar à limpeza em residências e escritórios, não enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

C) Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

D) Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.

E) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional não é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

Questão 41

Julgue os itens a seguir como Verdadeiro (V) ou Falso (F):

I- Ajuizada ação coletiva atinente a macro-lide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva.

II- A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC).

III- Não é possível se exigir do Ministério Público o adiantamento de honorários periciais em ações civis públicas. Ocorre que a referida isenção conferida ao Ministério Público em relação ao adiantamento dos honorários periciais não pode obrigar que o perito exerça seu ofício gratuitamente, pelo que, excepcionalmente, transfere-se ao réu o encargo de financiar ações contra ele movidas.

Assinale a alternativa correta conforme a jurisprudência dominante do STJ:

- A) I- V; II- V; III- V.
- B) I- V; II- V; III- F.
- C) I- V; II- F; III- F.
- D) I- F; II- F; III- F.
- E) I- F; II- V; III- V.

Questão 42

Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos é crime e sujeita o agente a pena de:

- A) reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) meses, e multa. A pena será aumentada de 1/3 caso haja morte do animal.
- B) detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) meses, e multa. A pena será aumentada de 1/6 a 1/3 caso haja morte do animal.
- C) detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. A pena será aumentada de 1/6 a 1/3 caso haja morte do animal.
- D) reclusão, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. A pena será aumentada de 1/3 caso haja morte do animal.
- E) detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. A pena será aumentada de 1/3 caso haja morte do animal.

Questão 43

Julgue os itens a seguir em Verdadeiro (V) ou Falso (F):

I- Na elaboração da proposta orçamentária, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.

II- Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas quadrimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

III- De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa com pessoal do Município não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.

IV- Para a Lei de Responsabilidade Fiscal, transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Assinale a alternativa correta:

- A) I- V; II- F; III- V; IV- F.
- B) I- F; II; V; III- F; IV- V.
- C) I- V; II; F; III- F; IV- V.
- D) I- F; II- V; III- V; IV- F.
- E) I- V; II- F; III- F; IV- F.

Questão 44

Acerca dos crimes contra o patrimônio, leia os itens a seguir:

I- Superando a controvérsia em torno do tema, consolidou a adoção da teoria da apprehensio (ou amotio), segundo a qual se considera consumado o delito de furto quando, cessada a clandestinidade, o agente detenha a posse de fato sobre o bem, ainda que seja possível à vítima retomá-lo, por ato seu ou de terceiro, em virtude de perseguição imediata.

II- Não há falar em continuidade delitiva entre roubo e furto, porquanto, ainda que possam ser considerados delitos do mesmo gênero, não são da mesma espécie.

III- No caso de furto, para efeito da aplicação do princípio da insignificância, é imprescindível a distinção entre ínfimo (ninharia) e pequeno valor. Este, ex vi legis, implica eventualmente, furto privilegiado; aquele, na atipia conglobante (dada a mínima gravidade).

IV- É possível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.

Marque a alternativa correta, conforme a jurisprudência dominante e atual dos Tribunais Superiores:

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Os itens II e IV são falsos.
- C) Apenas o item IV é falso.
- D) Os itens III e IV estão corretos.
- E) Apenas os itens II e III estão corretos.

Questão 45

Marque a alternativa correta sobre a desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Consumidor:

- A) De acordo com a jurisprudência do STJ, o Código de Defesa do Consumidor admite a utilização da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica.
- B) A desconsideração da personalidade jurídica não poderá ser efetivada quando houver falência da sociedade, eis que, nesse caso, incidem as regras de direito falimentar.
- C) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- D) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- E) As sociedades coligadas responderão objetivamente pelos danos.

Questão 46

No que tange aos Crimes contra a Administração Pública, analise os quesitos seguintes e marque a alternativa correta:

I- Quem obtém para si vantagem a pretexto de influenciar em atos praticados por funcionário público no exercício da função comete o crime de prevaricação;

II- O funcionário público que recebe para si, mesmo que fora da função, mas em razão dela, qualquer vantagem indevida comete o crime de corrupção ativa;

III- O funcionário público que exige para si, mesmo que fora da função, mas em razão dela, qualquer vantagem indevida comete o crime de concussão;

IV- Quem promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a retardar ato de ofício comete o crime de tráfico de influência.

- A) Só há um quesito errado.
- B) Só há um quesito certo.
- C) Só há dois quesitos errados.
- D) Todos os quesitos estão errados.
- E) Todos os quesitos estão corretos.

Questão 47

Nos termos da Lei nº 8.666/93 (Lei que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências) e respectivas alterações, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa correta:

I- A licitação é inexigível quando a Administração pretende contratar serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, sendo vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

II- Os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, sem nenhuma possibilidade de dilação desse prazo.

III- Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de cinco dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

IV- No caso da licitação na modalidade Convite, excepcionalmente, poderá um servidor formalmente designado pela autoridade competente substituir a Comissão de Licitação.

- A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- C) Somente as afirmativa II e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 48

Sobre os princípios jurídicos da Administração Pública, marque a alternativa correta:

- A) Os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência são princípios expressos no art. 37 da Constituição de Federal de 1988 e todos estão presentes desde o seu texto original.
- B) O princípio da publicidade representa a necessidade de ampla divulgação de todo e qualquer ato praticado pela Administração Pública, sem admissão de exceção.
- C) O princípio da autotutela garante que a Administração pode anular seus atos eivados de ilegalidade e revogá-los por motivo de oportunidade e conveniência, garantindo a apreciação judicial somente nos casos de anulação.

D) O princípio da continuidade do serviço público encontra guarida na Constituição Federal de 1988, quando prevê que o direito de greve do servidor público deve ser exercido nos termos e limites definidos em lei específica.

E) O princípio da especialidade é encontrado na previsão constitucional de que somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição das autarquias, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.

Questão 49

Nos termos da Lei nº 8.429/92 (Lei que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.) e respectivas alterações, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa correta:

I- O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa até que seja ressarcido na totalidade o ente ou a entidade pública que sofreu o dano.

II- É ato que se configura enriquecimento ilícito nos termos da lei de improbidade administrativa o ato de permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

III- Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade configurado como prejuízo ao erário sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: o ressarcimento integral do dano; perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos; pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

IV- Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

- A) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- B) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- C) Somente as afirmativa II e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- E) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

Questão 50

Considerando as Resoluções CONAMA nº 01/1986 e 237/97, que estabelecerem as diretrizes gerais para a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental e regulamentam aspectos do licenciamento ambiental definidos na Política Nacional de Meio Ambiente, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa correta:

I- As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

II- A renovação da Licença de Operação de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente suspenso até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

III- O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, deverá contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de sua não execução.

IV- O EIA/RIMA é um estudo técnico, integrante do licenciamento ambiental, destinado a avaliar os impactos ao meio físico e biológico, não abordando impactos no meio sócio-econômico, pois esse componente não integra o conceito de "meio ambiente".

- A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Somente as afirmativa II e III estão corretas.
- C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- E) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

